

# Governo arruma finanças

BRÁSILIA — O Governo quer arrumar a casa no campo das finanças públicas. Esse é o principal objetivo da chamada Reforma Bancária tão debatida e criticada no final do Governo passado e que, na prática, significa, em grande parte, a consolidação dos orçamentos fiscal e monetário.

Os técnicos do Governo não se cansam de dizer que o Brasil tem orçamentos demais. Na prática, existem três grandes orçamentos, que são um emaranhado de números e dificultam o controle das despesas públicas. Eles são o Orçamento Fiscal (ou orçamento da União), composto de recursos oriundos da arrecadação de impostos federais, o Orçamento Monetário, composto pela moeda emitida pelo Governo e, em parte, pela emissão de títulos da dívida pública; e o orçamento das Estatais, formado de receitas das empresas e recursos dos Orçamentos Fiscal e Monetário.

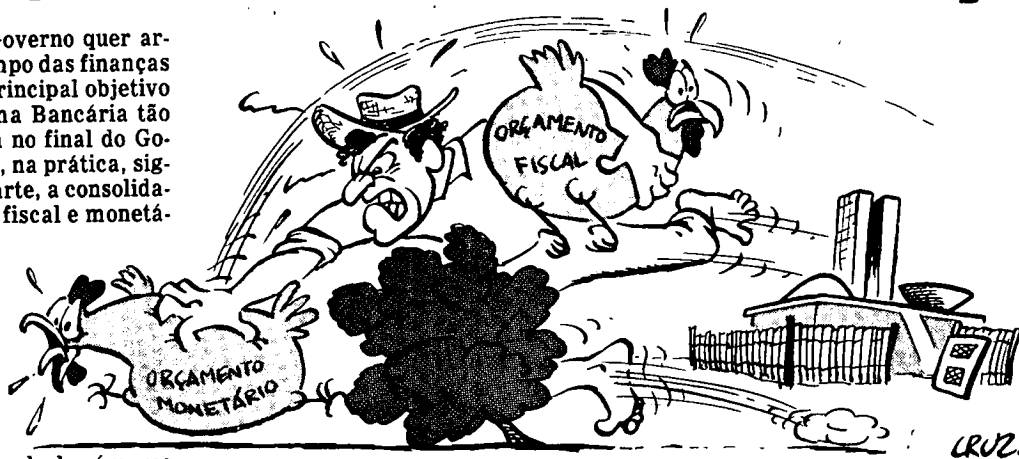
Desses três orçamentos, apenas um é submetido ao Congresso Nacional: o Orçamento Fiscal. A passagem desse orçamento pelo Congresso, como lembram técnicos do Governo, dá a falsa impressão de que a sociedade, através dos deputados e senadores, está decidindo como devem ser gastos os recursos que o Governo retira da economia interna.

No Orçamento Fiscal estão englobados apenas de 20% a 25% das despesas totais que o Governo Federal realiza ao longo dos anos. Os 75% ou 80% estão distribuídos no Orçamento Monetário e no das Estatais. Em outras palavras: de tudo o que o Governo Federal gasta, o Congresso aprova e conhece com relativa clareza apenas 20%.

Esse é um dos principais motivos que levam o atual Governo a pretender consolidar pelo menos os Orçamentos Fiscal e Monetário — o Orçamento das Estatais continuará existindo isoladamente — já para o próximo ano.

A consolidação dos Orçamentos Fiscal e Monetário, lembram assessores do Ministro da Fazenda, porá fim à irregularidade em que viveram Governos anteriores. A **Constituição Brasileira** determina, em seu Artigo 60, que a despesa pública obedecerá à Lei Orçamentária Anual (que é o Orçamento Fiscal, aprovado anualmente pelo Congresso Nacional), sem que haja qualquer outro dispositivo "estranho à fixação de despesas e de receitas".

O Orçamento Monetário é, portanto, uma aberração, porque, através dele, o Banco Central emite moeda e Títulos da Dívida Pública, para cobrir grande parte das despesas do Governo Federal, à revelia do Congresso, segundo explicam os técnicos.



e consolida orçamentos